

| PASSIVO | 2013 | | 2012 | |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| PASSIVO CIRCULANTE | 4.913.726,58 | 6.213.016,78 | 4.913.726,58 | 6.213.016,78 |
| OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 4.913.726,58 | 6.213.016,78 | 4.913.726,58 | 6.213.016,78 |
| FORNECEDORES | 2.909.657,07 | 2.492.073,51 | 2.909.657,07 | 2.492.073,51 |
| Obrigações Trabalhistas | 723,18 | 132,88 | 723,18 | 132,88 |
| Obrigações Fiscais e Sociais | 898.438,45 | 838.173,94 | 898.438,45 | 838.173,94 |
| Contas a Pagar | 943.451,52 | 1.220.127,23 | 943.451,52 | 1.220.127,23 |
| Recebimentos Antecipados | 36.666,67 | 688.350,34 | 36.666,67 | 688.350,34 |
| Valores e Participações de Projetos | 124.789,69 | 126.417,76 | 124.789,69 | 126.417,76 |
| Contingência Tributária | 0,00 | 847.741,12 | 0,00 | 847.741,12 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 1.108.208,22 | 766.560,31 | 1.108.208,22 | 766.560,31 |
| OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO | 1.108.208,22 | 766.560,31 | 1.108.208,22 | 766.560,31 |
| Obrigações Fiscais e Sociais | 260.467,10 | 415.467,10 | 260.467,10 | 415.467,10 |
| Contas a Pagar | 847.741,12 | 351.093,21 | 847.741,12 | 351.093,21 |
| PATRIMÔNIO SOCIAL | (3.491.143,79) | (4.193.445,04) | (3.491.143,79) | (4.193.445,04) |
| Déficits Acumulados | (4.193.445,04) | (2.696.090,75) | (4.193.445,04) | (2.696.090,75) |
| Superávit (Déficit) do Período | 702.301,25 | (1.497.354,29) | 702.301,25 | (1.497.354,29) |
| TOTAL | 2.530.791,01 | 2.786.132,05 | 2.530.791,01 | 2.786.132,05 |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

| DESCRIÇÃO | SUPERÁVITS/ DÉFICITS ACUMULADOS | PATRIMÔNIO SOCIAL |
|----------------------------|---------------------------------|-----------------------|
| | R\$ | R\$ |
| SALDO EM 31/12/2012 | (4.193.445,04) | (4.193.445,04) |
| SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO | 702.301,25 | 702.301,25 |
| SALDO EM 31/12/2013 | (3.491.143,79) | (3.491.143,79) |

Gabriela Teixeira Chaves Landé
Presidente
CPF (RFB) nº 327.228.692-68
Franklin Cabral de Vasconcellos
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF (RFB) nº 017.054.902-42
Júlia Marcele dos Santos Lima
Contadora
CRC (PA) - 014601/0-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL Exercícios 2010, 2011, 2012 e 2013

O Conselho Fiscal da Organização Social Pará 2000, no exercício de suas funções estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis, compreendendo, Balanço Social, Demonstração do Resultado, Balancete de verificação e fluxo de caixa relativo ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2010. Após criteriosa análise das demonstrações, concluímos que: ao exercício de 2010, considerando o Relatório da Auditoria Geral do Estado sob o nº 033/2011, nos processos de 2010 da entidade, que aponta diversos indícios de irregularidades na gestão dos recursos públicos, e especificamente em relação ao balanço 2010 menciona que "quanto ao grau de adequação das Demonstrações Contábeis as NBC e os números apresentados, as irregularidades detectadas tornam os saldos apresentados sujeitos a ajustes e correções, há registros contábeis sem documentação e grupos de contas fictícios, não representam as operações realizadas pela Entidade e justificam qualquer análise do Balanço Patrimonial", o Conselho Fiscal da Pará 2000, decidiu pela não aprovação das Demonstrações Contábeis de 2010.

Quando as demonstrações contábeis relativos ao exercício de 2011 e 2012, ambos estão de acordo com as normas contábeis, oportunidade em que aprovam as demonstrações dos exercícios de 2011 e 2012 e recomendam apenas que de acordo com os fatos observados em relação ao seqüenciamento dos saldos existentes na transição entre os anos de 2011 e 2012, considerando que a Pará 2000 passou a ser responsável pelo gerenciamento de outro bem público, ou seja, o HANGAR- CENTRO DE CONVENÇÕES E FEIRAS DA AMAZÔNIA, a partir de 05/01/2011, que era administrado por outra Organização Social (VIA AMAZÔNIA) e que teve o respectivo Contrato de Gestão rescindido com o Governo do Estado do Pará, ainda em dezembro de 2010, o Conselho Fiscal entendeu que aqueles valores que não conseguiram ser efetivamente provados na sua existência física ou através de documentos comprobatórios, não podem então ser assumidos como hábeis a contabilização e desta forma compõem o balanço como saldo inicial. Assim sendo, o valor de R\$ 1.328.693,19 que eram recursos supostamente existentes não devem ser registrados na contabilidade. No tocante ao imobilizado também, o mesmo não deve ser registrado, já que o mesmo não faz parte dos bens da Pará 2000.

Em relação ao exercício de 2013 apresentam o mesmo entendimento de aprovação das demonstrações contábeis.

Registra-se que foi recomendado, ainda, que antes da avaliação do Conselho de Administração da entidade seja contratada AUDITORIA EXTERNA sobre os balanços mencionados, considerando as alterações sugeridas. Sendo assim, o Conselho Fiscal da Pará 2000, de forma unânime, concluiu pela:

Não aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2010. Aprovação das demonstrações contábeis dos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Considerando a regularidade das contas, referente aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, uma vez que foi demonstrada a boa e regular aplicação dos recursos financeiros da entidade.

Em vista do Exposto, o Conselho Fiscal da Pará 2000, com fulcro no art. 44, inciso I, do Estatuto da entidade, manifesta-se, mediante decisão unânime, no sentido de que as contas da Pará 2000 relativas aos exercícios de 2011, 2012 e 2013 sejam aprovadas, uma vez que restou demonstrada a boa e regular aplicação dos recursos financeiros e patrimoniais da entidade, desde que observada à sugestão apresentada acima e contratada uma AUDITORIA EXTERNA.

Posteriormente, após avaliação do Conselho de Administração, deverá ser publicado o extrato consolidado das demonstrações contábeis ora aprovadas.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES Exercício 2010

Aos acionistas e administradores da Organização Social Pará 2000.

1. Examinamos as demonstrações contábeis da ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do Superávit/Déficit do Exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração de Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequação à apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficiência desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belém, 12 de Julho de 2011
Tadeu Manoel Rodrigues de Araujo
Contador CRC/PA 002671/0-3
Auditor Independente

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES Exercício 2011

Examinamos as demonstrações contábeis da ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e a respectiva demonstração do resultado, dos fluxos de caixa e da mutação do patrimônio social para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo base para opinião com ressalvas

A implantação do controle físico-financeiro dos bens do ativo imobilizado está em andamento. Em 2013 o inventário físico geral foi concluído e sua conciliação com os registros contábeis poderá resultar em ajustes no Patrimônio.

Conforme descrito na nota explicativa, a administração entende que na data de elaboração das demonstrações contábeis os bens não sofreram perda de recuperabilidade que requeressem ajustes.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e da mutação do patrimônio social para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa número 1 "a ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 que administra os complexos: Estação das Docas, Hangar – Convenções e Feiras e Mangal das Garças", através de Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado de Cultura – SECULT.

A continuidade dos seus negócios depende do aditamento ou de renovação do Contrato, anualmente.

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas segundo práticas aplicáveis a entidades em regime normal de suas operações e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e/ou reclassificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à reclassificação de passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade das atividades da Entidade.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu parecer sem ressalvas, datado de 12 de julho de 2011.

Outros assuntos

Somos de opinião que houve o cumprimento do Contrato de Gestão com o Governo do Estado do Pará/ Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, por parte da ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000.

Mesmo alcançando uma receita própria na ordem de R\$ 15.663.894,01 em 2011, este exercício ainda apresenta um déficit de R\$951.911,25, em razão da assunção de custos e perdas de períodos anteriores.

Em 06/08/2012 emitimos opinião sobre as demonstrações contábeis de 2011 com ressalvas: a) sobre valores a receber e a pagar oriundos até de 2006 e de difícil realização e pagamento, b) falta de confirmações diretas dos assessores jurídicos e c) falta de controle físico-financeiro e de ajuste do imobilizado e ênfase quanto à continuidade do negócio em razão da necessidade de aporte de recurso para cobertura dos déficits operacionais. Em reunião do Conselho da PARÁ 2000 de 20/11/2013 e de 05/03/2014 entre a SECULT e Conselheiros e Administradores da PARÁ 2000, decidiu-se sobre a não aprovação do balanço de 2010 e, conseqüentemente, em razão do não reconhecimento de valores daquele balanço, apresentar novas demonstrações de 31/12/2011 e 31/12/2012, auditadas.

O montante dos ajustes representou uma redução líquida no patrimônio no valor de R\$1.069.381,69, em relação às demonstrações anteriormente auditadas.

Belém, 08 de maio de 2014.
R & M AUDITORES INDEPENDENTES E CONSULTORES S/S
CNPJ: 01.591.859/0001-85 CRC-PA 292/O - AD CVM 8559
Ubirajara dos Santos Rodrigues
CRC-RJ 058609/0-5 T-PA

PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE Exercício 2012

Examinamos as demonstrações contábeis da ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva demonstração do resultado, dos fluxos de caixa e da mutação do patrimônio social para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

Os administradores da Organização Social Pará 2.000 são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Organização Social Pará 2000 para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles interno. Uma auditoria inclui, também, a